

# As Conjunturas Internas e Externas da Segunda Guerra Civil Iemenita

*The Internal and External Conjunctures of the Second Yemeni Civil War*

*Las Coyunturas Internas y Externas de la Segunda Guerra Civil Yemení*

Victor Augusto Rocha Cantarino<sup>1</sup>  
Igor de Oliveira Fogolin<sup>2</sup>

## Resumo

O trabalho visa identificar as causas internas e externas da atual guerra iemenita. Para realização, foi feito um levantamento bibliográfico, com análise de dados qualitativos. A metodologia utilizada foi a hipotético-dedutiva, com uso do método histórico para análise procedimental. A principal hipótese é de que a simultaneidade de uma conjuntura interna de fragilidade, por conta do sistema tribal, e uma conjuntura externa de intervencionismo de potências regionais gerou uma instabilidade que resultou na Segunda Guerra Civil. Após a análise, conclui-se que o Iêmen é um Estado assolado por instabilidades internas e externas, de forma que sofre forte influência saudita e iraniana, algo exacerbado pela existência de grupos internos que disputam poder, devido à fragilidade política do Estado.

**Palavras-chave:** Guerra Civil Iemenita. Irã. Arábia Saudita. Iêmen. Primavera Árabe.

## Abstract

The work aims to identify the internal and external causes of the current Yemeni war. To carry out, a bibliographic survey was carried out, with analysis of qualitative data. The methodology used was hypothetical-deductive, using the historical method for procedural analysis. The main hypothesis is that the simultaneity of an internal situation of fragility, due to the tribal system, and an external situation of interventionism by regional powers generated instability that resulted in the Second Civil War. After the analysis, it is concluded that Yemen is a state plagued by internal and external instabilities, in a way that it suffers a strong Saudi and Iranian influence, something exacerbated by the existence of internal groups vying for power, due to the political fragility of the State.

**Key-words:** Yemeni Civil War. Iran. Saudi Arabia. Yemen. Arab Spring.

1. Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Uberlândia; Minas Gerais. E-mail: victorcantarino@gmail.com.

2. Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Uberlândia; Minas Gerais. E-mail: fogolin.fgl@gmail.com.

## Resumen

El trabajo tiene como objetivo identificar las causas internas y externas de la actual guerra de Yemen. Para llevarlo a cabo, se realizó un relevamiento bibliográfico, con análisis de datos cualitativos. La metodología utilizada fue hipotético-deductiva, utilizando el método histórico para el análisis procedimental. La hipótesis principal es que la simultaneidad de una situación interna de fragilidad, debida al sistema tribal, y una situación externa

de intervencionismo de los poderes regionales generaron una inestabilidad que desembocó en la Segunda Guerra Civil. Tras el análisis, se concluye que Yemen es un estado plagado de inestabilidades internas y externas, de manera que sufre una fuerte influencia saudí e iraní, agravada por la existencia de grupos internos que compiten por el poder, debido a la fragilidad política del estado.

**Palabras-clave:** Guerra Civil Yemení. Irán. Arabia Saudita. Primavera Árabe.

## Introdução

O Iêmen está localizado no sul da Península Arábica. Em 1993, três anos após a unificação da República Democrática Popular do Iêmen e da República Árabe do Iêmen, passou por uma sangrenta Guerra Civil, que levou ao poder Ali Abdallah Saleh e seus aliados, vistos como corruptos. Em 2011, as implicações da Primavera Árabe o forçaram a renunciar. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, Abd Rabbu Mansoor Hadi. Contudo, Hadi, assim como seu antecessor, foi incapaz de implementar as mudanças que a população demandava, levando a uma instabilidade que gerou, posteriormente, uma nova Guerra Civil.

A análise do caso faz-se necessária pois o Iêmen é considerado uma das maiores crises humanitárias existentes atualmente pelo Secretário-Geral da ONU. Historicamente, o país fora sempre um ponto estratégico para o comércio internacional por conta dos portos, de modo que sua instabilidade provoca efeitos colaterais ao comércio internacional. O potencial de escalada do conflito no país é considerável, visto que envolve dois grandes países rivais, gerando na comunidade internacional o receio de que possa se tornar uma “nova Síria”.

Os números relacionados à pobreza e à fome já eram desastrosos antes mesmo do conflito. Em 2013, falava-se de um país com uma população de 25 milhões de habitantes, em que cerca de metade vivia com menos de dois dólares por dia, desemprego na faixa de 40%, 10 milhões de pessoas em insegurança alimentar e 1 milhão de crianças em subnutrição (ALLEY, 2013). A destruição de infraestrutura causada pela guerra deixou muitas pessoas sem sistema de saneamento básico, o que resultou em um surto de cólera (JUNEAU, 2013).

Até o momento, a Guerra Civil do Iêmen se configura ao longo dos anos em um verdadeiro impasse: nenhum dos lados está próximo de uma vitória, deixando a incerteza sobre o futuro de um país que vive uma grande crise humanitária. Portanto, compreender as dinâmicas internas e externas de tal contenda é fundamental para se compreender a dinâmica regional atual no Oriente Médio, o que se almeja alcançar com o presente trabalho.

Para isso, o artigo possui seis seções, que visam identificar as causas internas do atual conflito iemenita e a influência de atores externos nele. As três primeiras seções abordam processos endógenos. A primeira traça um panorama histórico, político e religioso do Iêmen, indicando de que forma foi criada uma frágil estrutura sócio-política. A segunda debate acerca da relevância da Primavera Árabe, ocorrida em 2011. A terceira indica de que forma tal processo regional foi absorvido pela população iemenita e se tornou algo endógeno, produzindo consideráveis implicações. Posteriormente, trata-se dos processos exógenos. A quarta discorre sobre o processo da “Nova Guerra Fria Árabe”, enquanto a quinta indica de que forma a disputa entre Irã e Arábia Saudita impactou o Iêmen, tornando-o um dos centros de disputa regional. A sexta seção, então, mostra como a confluência entre conjuntura interna instável e conjuntura externa de intervencionismo acabou por culminar na Segunda Guerra Civil Iemenita. Por fim, são apresentadas as conclusões.

## **Origem do conflito: a história e a organização interna do Iêmen**

Nativos de seu território há mais de um milênio, os iemenitas foram tradicionalmente governados por um Imã, tradicional líder religioso e político islâmico xiita, até o século XX. O primeiro Imã se proclamou descendente direto de Maomé em 897 (PHILLIPS, 2017), o que fez com que os imanes e seus seguidores se constituíssem como um ramo xiita da religião islâmica, tornando-se majoritários no Norte do Iêmen.

A religião no Iêmen tem dois principais ramos. Os zaiditas são uma dissidência xiita, tendo como principal base o Imamado que existiu no Norte até 1962. Constituem uma grande parte da população, cerca de 35%, concentrados no Norte. Já o xafeísmo é uma dissidência sunita que se concentra mais no Sul, sendo a religião de

mais de 65% da população iemenita (PHILLIPS, 2017). Apesar de se reconhecerem como grupos diferentes, historicamente não existiram muitas disputas alimentadas por divergência religiosa.

No início do século XX, o Norte estava sob o domínio dos otomanos e o Sul, dividido em protetorados britânicos, cujo interesse na região baseava-se em seu potencial econômico, principalmente na cidade de Áden, um ponto estratégico de comércio (PHILLIPS, 2017). O Norte possuiu mais autonomia após a desintegração do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. Com o término da Segunda Guerra Mundial, o atual território do Iêmen se encontrava em um contexto de hostilidade às potências coloniais e ascensão do nacionalismo.

Em 1962, no Norte, após a morte do Imã Ahmad bin Yahya, seu filho Muhammad al-Badr é declarado sucessor. Contudo, militares dão um Golpe e é criada a República Árabe do Iêmen. Nesse cenário, ocorre uma guerra civil entre o Imã, que foge para a Arábia Saudita e, do outro, o Coronel al-Sallal, que se tornou o novo presidente. Desde o princípio, a Arábia Saudita atuou como importante ator da dinâmica interna iemenita.

Após a guerra civil, o Norte teve certa estabilidade, com suporte saudita, que tentava manter sua influência no país vizinho; porém a intensa rotação no poder indicava que a democracia não seria a regra (PHILLIPS, 2017). A força política das tribos iemenitas se tornou clara: os governantes que tentavam centralizar a administração não conseguiam se manter no poder. Com apoio saudita, o Coronel Saleh tomou o poder no Norte, em 1978. Saleh, no seu governo, foi capaz de sustentar uma política que equilibrou os interesses de tribos e outros rivais, trazendo um período de estabilidade junto com modernização, mas exercendo forte controle nas liberdades individuais.

No Sul, sob regime colonial britânico, o golpe no Norte serviu de inspiração para uma massa de trabalhadores. O resultado foi uma resistência que forçou os britânicos a deixarem a região, com o poder disputado por várias facções. Em 1967, Áden e regiões próximas se tornaram um Estado socialista: a República Democrática Popular do Iêmen. A nova ideologia marxista ia de encontro com a ideologia conservadora do Norte, que estava fortemente ligada à Arábia Saudita. Em 1980, chega ao poder, no Sul, Nasser Muhammad, o qual teve uma política de tentar quebrar o isolacionismo na região. Com o colapso do comunismo, o governo

do Iêmen do Sul vê o caminho da unificação como o mais favorável, já que sob o socialismo não obteve muito sucesso, e, sem o apoio soviético, a situação tornar-se-ia insustentável. Saleh, por sua vez, considerava a unificação uma forma de garantir maior autonomia para o país e de marcar seu nome na história, motivo pelo qual quis colaborar com ela. A descoberta de petróleo na fronteira acelerou o processo, pois os ganhos econômicos poderiam beneficiar ambos, visto que uma disputa por petróleo, ao invés da cooperação, poderia ser mais danosa que benéfica (PHILLIPS, 2017). Em maio de 1990 ocorre a unificação dos Iêmens, formando a República do Iêmen, com a manutenção de Saleh como chefe de Estado.

Em 1993, a expectativa das eleições era grande e Saleh saiu vitorioso; porém, Salim al-Beidh, vice-presidente e líder do partido socialista do Iêmen do Sul, recusou-se a aceitar o resultado da eleição: foi para Áden e, em 1994, declarou um governo separado, gerando a Primeira Guerra Civil Iemenita. Os resultados foram dois meses de guerra, desestruturação da economia do país e vitória do exército do Norte, comandado por Saleh (PHILLIPS, 2017).

Mapa 1: Estado iemenita após a unificação em 1990.



Fonte: Google Earth

É preciso compreender que no Iêmen, principalmente no Norte, o sistema de tribos é um importante conjunto de atores. Assim, as pessoas possuem senso de pertencimento amplamente ligado à sua tribo ao invés do Estado. Com isso, o Estado possui sérias dificuldades em ter soberania sob certas áreas, já que há líderes

tribais que utilizam da força para controlar a entrada em regiões, olhando para seus territórios como entidades dentro do Estado (PHILLIPS, 2017). Muitas vezes, a ausência do poder estatal é compensada pelos próprios líderes tribais, que fornecem serviços para a população local, criando um forte sentimento de lealdade à tribo, em detrimento do Estado.

Devido à fraca centralização do poder, Saleh não exercia controle direto nas regiões periféricas, mas cooperava com os principais líderes tribais, mantendo uma “soberania indireta”. A região do Norte sempre se encontrou em um contexto de tribalismo devido à geografia, que é composta por montanhas e desertos, resultando em comunidades pequenas e espalhadas. Além disso, há o importante papel do Zaidismo, que tem em Saada seu centro histórico e onde se estabelecia o antigo regime do Imamato, contribuindo para os habitantes do Norte adquirissem um senso de comunidade, por meio também da religião em comum. Por motivos históricos, criou-se também no Sul um importante foco de contestação do poder central e de separatismo que, embora adormecido no início da Segunda Guerra Civil Iemenita, voltou à tona com o preocupante desenrolar do conflito no país.

Dentre as tribos nortenhas, destaca-se o movimento houthi. Desde a década de 1970 as regiões de Saada, Amran e Haja, no extremo Norte, foram negligenciadas pelo governo. Com isso, as regiões tribais perceberam dificuldades em comum. Assim, a identidade de uma comunidade tribal começa a surgir, com a ideia de que são “Iemenitas do Norte” ou também “Zaiditas”, capitaneados pelo Movimento houthi. As gerações subsequentes de Iemenitas do Norte tiveram um acesso maior à educação e compreensão do mundo, a partir do fim da primeira década do século XXI, fortalecendo um engajamento político. Surge então o “Believing Youth”, uma organização política que queria reviver o Zaidismo, com uma agenda política focada nos interesses da região de Saada. A partir de então se forma o embrião dos houthis como força política contrária a Saleh, motivados pela negligência do governo central, a aliança deste com a Arábia Saudita – exportadora do sunismo – e o ressentimento devido ao fechamento da abertura democrática pós 1994. O grupo passou a ser o principal contestador da ordem vigente após a Primavera Árabe, em 2011, fundamental para a problemática.

### Mapa 3: Área de influência dos houthis antes da Primavera Árabe em vermelho (2007-2009).



Fonte: Johnston et al. (2020)

## A Primavera Árabe

Em 2011, o mundo árabe passou por um movimento de importância considerável.

É impossível negar a «mudança», incremental ou radical, no contexto da «Primavera Árabe». Nenhum outro evento abalou tanto o Oriente Médio quanto essas revoltas. Seu impacto é igual à descoberta de petróleo no Irã (1908) e na Arábia Saudita Arábia (1938), a fundação de Israel em 1948, os Acordos de Camp David Egito - Israel (1979), a Declaração de Princípios (1993), o 11 de setembro (2001) e o saque de Bagdá (2003). [...] Ambos representam momentos emancipatórios separados por décadas de desgoverno pós-colonial pelas elites locais (SADIKI, 2015, tradução nossa, p. 305).

No Oriente Médio, com poucas exceções, os Estados falharam em prover governos competentes. Os regimes autocráticos mantiveram-se por meio de promessas de prosperidade em troca da liberdade. Porém, com o tempo, a inabilidade de manter a economia em padrões elevados e pessoas cada vez mais bem informadas fermentaram descontentamento. A história pós-colonial da região é marcada por Estados que investiram na própria máquina estatal e seus principais atributos de poder, tornando-se um grande Estado “exagerado”. Em contrapartida, a sociedade foi deixada de lado,



com pouco espaço para uma relação Estado-sociedade e para uma contestação da legitimidade desse poder.

O primeiro palco da Primavera Árabe foi a Tunísia, resultando no exílio do presidente Ben Ali para a Arábia Saudita. Os egípcios, motivados pelo que ocorreu no país vizinho, seguiram o exemplo e Hosni Mubarak, que comandou por três décadas, renunciou ao cargo após uma grande pressão dos militares. Pelo mundo árabe o movimento tomou diferentes formas. Sua eclosão teve grande participação nas redes sociais como Twitter, Facebook e Google para disseminar a mensagem. Por isso, faz-se importante destacar a destreza da juventude em usar ferramentas digitais ao seu favor para conseguir formar uma contrapartida aos regimes. Ideias como direitos humanos, consciência social, boa governança e democracia atravessaram barreiras, atingindo massas marginalizadas, independentemente de sua nacionalidade, religião, gênero ou etnia (SADIKI, 2016).

A Primavera Árabe não foi homogênea, já que fatores próprios de cada país foram decisivos no desenrolar do movimento. Assim, o movimento se mostrou contagiante, transformando-se em um fenômeno internacional. Para se compreender a lógica de como um movimento vindo de “baixo” conseguiu alterar a relação sociedade e Estado, as revoltas podem ser divididas em três tendências: a transição, a participação e a fragmentação. Primeiro, nos vários países em que impactou, desafiou o *status quo* com processos eleitorais; legalização de partidos políticos; construção ou alteração da constituição; impasses políticos; e guerras civis. Segundo, a participação pode ser resumida nos agentes que forçaram essa transição, ou seja, grupos de indivíduos unidos em torno de alguma ideia. Assim, o objetivo final seria a fragmentação da estrutura que mantém o *status quo*, a saber: as estruturas autoritárias de poder, os antigos partidos políticos e elites, as redes do patronato e clientelismo e o populismo (SADIKI, 2016).

As monarquias do Golfo conseguiram manter a estabilidade e o *status quo*, mesmo com os protestos. Portanto, é verdadeiro afirmar que a Primavera Árabe afetou principalmente os regimes ditatoriais republicanos, enquanto as monarquias não sofreram o mesmo impacto. As ferramentas usadas para conseguir manter seus regimes variaram desde reformas socioeconômicas, até ao uso da força e coerção estatal, identificados pela violenta repressão de protestos, revogação da cidadania e prisão de protestantes.



A Primavera Árabe desafiou a estrutura narrativa do Orientalismo, isto é, a forma idealizada como os ocidentais imaginam o “Oriente”. A narrativa de que os países árabes estão alheios ao resto do mundo, em um estado catatônico de repressão às suas liberdades, caiu por terra quando milhares foram às praças públicas pedindo por governos mais justos e maior participação política (SADIKI, 2016). Embora tenha se iniciado como um processo regional, afetando praticamente todos os Estados da região, a Primavera Árabe foi gradativamente internalizada por cada país, não sendo o Iêmen uma exceção.

## **A Primavera Árabe Iemenita: a Iniciativa CCG e suas complicações**

Durante o ano de 2011, manifestações começaram a ocorrer simultaneamente em quase todos os países árabes, não sendo o Iêmen uma exceção. Inicialmente, os protestantes não eram organizados por nenhum grupo político específico, representando apenas uma massa insatisfeita, o que não seria de se estranhar no país mais pobre do Oriente Médio. Contudo, o governo de Saleh, no poder há 33 anos, não viu com bons olhos aquilo que parecia ser o início de um movimento maior contra seu projeto de poder. Dessa forma, em março, ordenou um ataque a manifestantes desarmados (JUNEAU, 2013). Com aquele ato, Saleh encadearia uma série de eventos que transformariam por completamente seu país: diversas figuras proeminentes do governo pediram afastamento do cargo, as brigas partidárias começaram a ficar expostas e os protestos se inflamaram cada vez mais.

Em julho de 2011, o país estava à beira de uma guerra civil (ALLEY, 2013). Nesse contexto, Saleh não teve escolha a não ser considerar o acordo proposto pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), a chamada Iniciativa CCG, liderada pela Arábia Saudita. Segundo o documento, o presidente deveria ceder ao vice-presidente Hadi, que comandaria um governo transitório com a contraparte de que a família Saleh possuiriam imunidade dentro de um eventual julgamento (JUNEAU, 2013). A reação inicial do governo foi de estranheza, afinal, haviam sido grandes parceiros desde a década de 70. Contudo, regimes autocráticos tendem a se solidarizar apenas com aqueles em que percebem estruturas internas semelhantes às suas: na avaliação saudita, o Iêmen não se en-

caixava nesse aspecto e, portanto, o que deveria interessar na hora de apoiar ou não o regime era uma análise racional de custo-benefício. Logo, era melhor a queda de Saleh, causando a estabilização política no Iêmen, para evitar que houvesse um movimento de *spill-over* que ameaçasse a estabilidade saudita (TRANSFELD, 2016), e fortalecer a posição internacional do CCG como contrapeso ao Irã (LEGRENZI; GAUSE, 2016).

Quando de sua inicial implementação, a Iniciativa CCG foi elogiada, por ser um plano de transição que, por meio de um amplo diálogo nacional, guiaria o futuro do país (ALLEY, 2013). Todavia, ela não encontrou a mesma recepção dentro do país: a população iemenita sentiu que suas reivindicações não foram levadas a sério. A percepção era de que a Iniciativa era apenas uma forma de tirar determinado segmento da elite no poder e colocar outro, o que faria com que a estrutura do Estado permanecesse a mesma, assim como os problemas (YADAV; CARAPICO, 2014). Além disso, a cláusula de imunidade foi denunciada como um “escárnio” contra o povo, que pedia a renúncia imediata e incondicional de Saleh.

Ainda que, em tese, tenha se comprometido a adotar o Acordo, o presidente postergou o máximo que pôde sua assinatura. Por isso, outros clãs políticos se questionaram se os grupos ligados a Saleh estavam tramando um Golpe (TRANSFELD, 2016). Assim, no ínterim entre a apresentação da proposta e a aceitação do presidente, começaram a existir choques de forças entre os diversos grupos que disputavam o poder na capital Saná, enquanto facções secessionistas no Norte e no Sul aumentavam sua popularidade. Nesse sentido, “a violência em outubro e novembro continuou por todo o país. As tensões permaneceram altas no Norte e no Sul, enquanto cada vez mais áreas escapavam do controle central” (JUNEAU, 2013, tradução nossa, p. 410). No fim de novembro, internacionalmente pressionado, Saleh finalmente aceitou o acordo, iniciando uma transição cuja intenção era tornar o Iêmen um exemplo ao mundo. Como consequência, em 2012 houve eleição e, com apenas um candidato, Hadi assumiu o posto como Presidente.

#### Mapa 4: Área de influência houthi durante a Primavera Árabe (2011-2012)



Fonte: Johnston et al. (2020)

Primariamente, o caso do Iêmen foi apresentado como um sucesso (ALLEY, 2013). Contudo, após a eleição de Hadi, os resultados se mostraram decepcionantes. Herdando os mesmos problemas e num contexto de fragmentação político-social, o novo governo parecia corroborar os temores populares: a estrutura de corrupção e paternalismo se manteve, com o novo grupo empossado mostrando-se incapaz de realizar melhorias significativas:

[...] qualquer que seja o caso, a oposição formal possui um vasto interesse em perpetuar a ordem política existente, na qual possui profundos desejos políticos e econômicos. Na verdade, seus líderes não desejam ver o sistema derrubado ou reformado, mas acreditam que seus interesses estarão mais protegidos com a marginalização de Saleh (JUNEAU, 2013, tradução nossa, p. 412).

O governo transitório, deixando o antigo regime intocado, tem cedido continuamente a soberania do Estado e, dessa forma, acabando com sua própria legitimidade, alimentando a própria crise a quem lhe foi confiada a resolução (YADAV; CARAPICO, 2014, tradução nossa, p. 6).

A disputa pelo poder político dentro do Iêmen passou a se polarizar em torno de três campos (TRANSFELD, 2016). O primeiro era formado pelas forças leais a Saleh, as quais viam no antigo presidente capacidade de liderança e de estabilização na sociedade, o que fazia com

que fossem contra a Iniciativa CCG. O segundo estava ligado ao novo presidente Hadi, defensor da aplicação da Iniciativa, apoiado pelos aliados ocidentais da Arábia Saudita. O terceiro grupo liga-se ao ISLAH, Partido Islâmico Iemenita, e a antigos clãs que foram perdendo espaço dentro do governo Saleh: esse segmento era favorável à implementação da Iniciativa, desde que tivessem seus interesses salvaguardados.

Tendo-se compreendido a conjuntura interna do Iêmen no período que antecedeu o conflito, deve-se agora frisar na conjuntura externa, marcada pela rivalidade entre Irã e Arábia Saudita, na “Nova Guerra Fria Árabe”.

## A Nova Guerra Fria Árabe

O termo Nova Guerra Fria Árabe se refere à disputa entre Irã, república islâmica xiita revolucionária, e Arábia Saudita, monarquia islâmica sunita conservadora, pela hegemonia do Oriente Médio (NORTON, 2016). Possui origem na disputa, durante a década de 60, entre Egito, república secular, e Arábia Saudita, monarquia conservadora, enquanto líderes do Mundo Árabe. De acordo com Mandaville (2016), embora o Estado-nação tenha sido imposto à região, sobreviveu a ideia da *ummah*, uma grande comunidade muçulmana. Por isso pode-se perceber a existência de atores que reivindicam a responsabilidade pela união dos povos muçulmanos. O Egito, durante a década de 60, adaptou esse pan-islamismo para uma visão mais secularista, produzindo o pan-arabismo, que pregava a união dos povos árabes. A Guerra Fria Árabe colocou em disputa justamente o pan-islamismo da Arábia Saudita contra o pan-arabismo do Egito. A “Nova Guerra Fria Árabe” se relaciona com visões diferentes do pan-islamismo: a conservadora saudita ou a revolucionária iraniana. Os benefícios de ser o “líder regional” não são apenas religiosos ou ideológicos, mas também políticos e econômicos, devido à importância geopolítica do Oriente Médio.<sup>3</sup>

No novo contexto, essa disputa não se dá mais entre secularismo e islamismo político, como foi o caso da original Guerra Fria Árabe. A nova polarização ainda se dá pela oposição do sistema republicano pelo monárquico, mas ainda mais forte é a ênfase nas

---

3. Durante a Guerra Civil no Iêmen do Norte (1962-1970), já era possível observar uma influência da “Guerra Fria Árabe”, dado que a disputa dividiu em dois campos os militares secularistas, mais próximos ao modelo egípcio, e os simpáticos a uma monarquia islâmica, semelhante ao modelo saudita.

diferentes vertentes do islã que esses países buscam exportar. Embora o Irã não seja um país árabe, o termo “árabe” é utilizado justamente porque essa disputa ocorre pelo domínio de influência no Norte da África e no Levante, onde a etnia árabe é predominante.

A derrota das repúblicas seculares árabes na Guerra dos Seis Dias (1967) deixou a impressão de que esse modelo de organização político-social era incapaz de atingir seus principais objetivos. A partir daí, há um renascimento dos ideais islâmicos como forma de ordenamento político-social. Ainda que regimes republicanos e populistas tenham tentado estabelecer alguma rivalidade com os sauditas, não foram nem de perto capazes de manter a influência que possuíram antes, principalmente após o enriquecimento das monarquias árabes do Golfo Pérsico com os Choques do Petróleo. Após 2010, a configuração regional sofreu alterações consideráveis, tornando-se mais instável. Após a Primavera Árabe, muitos teóricos se atentaram pelas divergências que surgiram entre iranianos e sauditas. A expressão utilizada é a de “Guerra Fria”, justamente pelo fato de que as disputas não ocorrem pela confrontação direta, mas sim por *proxies*, isto é, uma espécie de “terceirização”, em que cada lado apoia uma facção dentro de um país. Uma análise da história dos dois países e, conseqüentemente de suas políticas externas, revela que essa disputa não é tão nova quanto parece, com suas origens na década de 80, principalmente após a Revolução Iraniana.

O Reino da Arábia Saudita foi fundado em 1932. Com o aumento da dependência da economia mundial em torno de combustíveis fósseis, o país tornou-se objeto de desejo por parte das potências mundiais (MANDAVILLE, 2016). Nesse contexto, os EUA buscaram uma maior aproximação com o país, de modo que as duas nações, embora a divergência entre seus sistemas políticos e sociais, são aliadas. A ideia era de que o comunismo, pela ideia de subversão das bases sociais, era uma ideologia totalmente oposta aos ideais islâmicos. Dessa forma, a Arábia Saudita é uma das defensoras dos interesses norte-americanos na região, pois os norte-americanos “viam a expansão religiosa geopolítica da Arábia Saudita como uma forma de combater o crescimento do comunismo ateu soviético” (MANDAVILLE, 2016, tradução nossa, p. 186). Assim, os sauditas buscam uma projeção internacional para criar a imagem de que são os melhores representantes dos interesses do “mundo árabe”.

A capacidade de projeção externa saudita está diretamente ligada à exploração de petróleo. A posse de diversas jazidas fez com que o país

fosse um importante ator da economia mundial, lucrando consideravelmente com a *commodity*. Esse dinheiro gerou a política externa do “petro-islã”, em que o capital gerado pelo petróleo é usado para financiar a expansão da vertente sunita do islã por meio de financiamento a grupos ideologicamente convergentes com a visão saudita (MANDAVILLE, 2016). Se o “petro-islã” deu as capacidades materiais para essa política, o fato de as duas cidades mais importantes para o Islamismo, Meca e Medina, encontrarem-se no país deu a legitimidade ideológica necessária.

A República Islâmica do Irã representa a outra parte. Na década de 50, os iranianos optaram por dar fim à monarquia, elegendo Mohamed Mossadegh como Primeiro-Ministro. Mossadegh pregava uma diminuição das Grandes Potências no país e uma plataforma de estatização, para que o dinheiro gerado com a exportação de petróleo proporcionasse o desenvolvimento socioeconômico do Irã. Para os Estados Ocidentais, essa visão era por demais próxima ao socialismo soviético e, portanto, proibida. Dessa forma, EUA e Reino Unido arquitetaram um golpe, com apoio das elites iranianas, que, em 1953, retirou Mossadegh do poder e colocou em seu lugar o antigo ocupante do trono Reza Pahlevi, aliado aos interesses ocidentais. O problema era que Reza Pahlavi já havia assumido antes como monarca por imposição das Grandes Potências, ou seja, pela segunda vez ocupava um cargo sem anuência da população local, sendo mantido apenas por interesses estrangeiros e da elite.

Na década de 70, o governo de Reza Pahlavi se tornou mais repressivo. O ponto alto foi a Revolução Branca, um conjunto de medidas de caráter secular e ocidental, o que deixou cada vez mais claro que o Xá era, na verdade, apenas uma “marionete dos estadunidenses” (BAXTER; AKBARZADEH, 2018). A partir disso, uma série de conflitos entre o monarca e diferentes segmentos da população passariam a ocorrer, até que a figura dos ulemás, personificada em Aiatolá Khomeini, ganharia extraordinária força, principalmente por sua capacidade de falar uma linguagem voltada para as massas e pela sua participação ativa na Revolução. A Revolução Islâmica que ocorreu em 1979 mudaria radicalmente as bases da nação: a monarquia secular foi substituída por uma espécie de república teocrática (BAXTER; AKBARZADEH, 2018). No campo externo, essa brusca guinada para uma forma mais islâmica e menos secular de Estado levaria a uma reavaliação da política externa iraniana.

Diferente dos sauditas, os iranianos são majoritariamente xiitas. Deve-se salientar que as minorias xiitas no Oriente Médio

enfrentam fortes restrições por parte de seus respectivos governos, tornando-se comunidades segregadas. A participação norte-americana no Golpe de 1953 e o conhecimento dos problemas enfrentados pelos xiitas nos países árabes levou à formulação de uma visão maniqueísta de política externa, em que o mundo se divide entre oprimidos e opressores. Obviamente, a parcela representada pelos opressores está largamente relacionada aos EUA e às monarquias conservadoras do Golfo por eles apoiadas, sendo a Arábia Saudita a principal. A proximidade entre Washington e Riad foi amplamente explorada por Teerã para se colocar como oposição aos desejos ocidentais na região, os quais atuariam por intermédio da Arábia Saudita, uma “falsa aliada” e “traidora” dos princípios islâmicos.

O regime iraniano organizou sua política externa, defendendo uma leitura revolucionária do islã, não importando a vertente. Assim, o regime iraniano foi, aos poucos, angariando a simpatia de determinados regimes ao redor do globo, principalmente nas áreas do Terceiro-Mundo. Dessa forma, após um período de isolamento posterior à Revolução, o país conseguiu encontrar meios de traduzir seu processo social revolucionário para a política externa. Para o Oriente Médio, ela é baseada no financiamento de grupos vistos como oprimidos, para que eles possam desencadear uma Revolução Islâmica. Dentre esses grupos, destaca-se o Hezbollah, no Líbano, o HAMAS, na Palestina, e os houthis, no Iêmen. A Guerra do Iraque em 2003 contribuiu para essa tendência, visto que o novo regime iraquiano era majoritariamente xiita. A histórica barreira de contenção às pretensões iranianas, que o Iraque de Hussein representou por muito tempo, havia sido desfeita, o que teve reflexos no Iêmen.

## A Nova Guerra Fria Árabe no Iêmen

No século XXI, dois fatores levaram ao “reaquecimento” entre as duas potências islâmicas: a invasão do Iraque (2003) e a Primavera Árabe (2011). Com relação ao primeiro, a principal consequência da queda de Saddam Hussein foi “remover da equação de segurança do Oriente Médio o último inimigo estratégico e principal desafiador da projeção de poder de Teerã” (CALCULLI, LEGRENZI, 2016, tradução nossa, p. 227). Com isso, um governo formado por maioria xiita ascendeu ao poder, levando a acusações de uma “crescente xiita”, formada por Iraque, Irã, Síria e Hezbollah. Isso fez com que grupos em outros países da região buscassem aproximação com o



regime iraniano, com o intuito de obter a mesma força do Hezbollah contra Israel. No que tange ao segundo, os protestos em massa de jovens árabes ao redor do Oriente Médio em 2011 geraram uma instabilidade vista como inédita.

Dessa forma, havia a possibilidade de que diversos governos capitulassem, o que era uma vantagem no ponto de vista iraniano, pois finalmente poderia exportar a Revolução, mas uma desvantagem do ponto de vista saudita, pois poderia perder aliados na área. A repressão usada por muitos líderes para conter protestos que foram, em sua maioria, pacíficos foi fundamental para a posterior radicalização dos protestantes, fortalecendo grupos radicais islâmicos, que possuem uma forte retórica de apelo aos jovens, sobretudo pela promessa de uma vida melhor que, em tese, o Estado-nação secular lhes foi incapaz de dar.

Assim, ambos países exploraram ao máximo o ambiente volátil criado, aumentando a instabilidade regional. Nesse contexto, pode-se perceber um processo, em que disputas primordialmente políticas passam a ganhar conotações sectárias, baseadas na distinção entre sunitas e xiitas. Cria-se um “jogo de soma zero religioso”, em que a vitória de um grupo sunita/xiita parece representar a derrota de um outro grupo xiita/sunita. Assim, pode-se perceber um processo de securitização das identidades, em que a definição de “si” passa a se basear não só na contraposição em relação ao “outro”, mas também na impossibilidade de convivência mútua. Dessa forma, no Oriente Médio,

Ao enquadrar identidades sectárias como lados conflitantes de um jogo de soma zero, poderes regionais podem mobilizar combatentes, militarizar sociedades e criar fragmentações dentro de países vizinhos com intuito de minar o poder do inimigo. [...] discursos identitários continuam sendo a principal força para atrair indivíduos a lutar por uma causa, enquanto incentivos materiais apenas ajudam a catalisar esse movimento (CALCULLI; LEGRENZI, 2016, tradução nossa, p. 222).

A divisão sócio-estrutural iemenita faz com que existam diversos grupos que criam laços mais fortes com identidades subnacionais, como os laços de tribo, do que com a autoridade estatal. Dessa forma, apenas a aplicação crua da balança de poder realista, baseada em aspectos materiais, é incapaz de explicar em sua totalidade a questão, uma vez que,

Se há algo de especial acerca das Relações Internacionais do Oriente Médio, é o poder da identidade [...]. Mais do que em qualquer outro lugar, a construção nacional é complicada pela incongruên-

cia entre o Estado (território e aparato estatal) e as ainda poderosas identidades sub e supra nacionais da população (HINNEBUSCH, 2016, tradução nossa, p. 155).

A definição do conflito em termos sectários foi utilizada principalmente pela Arábia Saudita. A existência de uma extensa fronteira entre Iêmen e Arábia Saudita fez com que fosse imperioso para os sauditas evitarem qualquer chance de um governo hostil próximo, principalmente um que poderia usar seu território para treinamento de grupos terroristas. Dentro dessa visão, passou a ser cada vez mais desejo de Riad mostrar que os houthis eram que *proxies* iranianos, devido à predominância xiita dentro do grupo. Assim, estariam justificadas as duras ações tomadas para proteger o regime de Hadi, pois isso implica, na verdade, proteger a própria estrutura interna saudita.

Tabela 1: estratégia de aproximação iraniana com seus proxies

	Mobilização da população oprimida	
	Fortemente mobilizada	Fracamente mobilizada
Força do Estado-alvo		
Estado forte	Relacionamento que pode evoluir	Não há condições
Estado fraco	Condições ideais	Relacionamento que pode evoluir

Fonte: baseada no modelo de Johnston et al. (2020)

A tabela acima evidencia a estratégia utilizada pelos iranianos para expandir sua influência. Os autores identificam que a tática iraniana vai além de considerações apenas religiosas, baseadas unicamente na existência de um contingente xiita considerável na população local. A ação iraniana é fortemente estratégica, na medida em que depende de uma relação inversa entre a força coercitiva do Estado-alvo e a mobilização da população local. Dessa forma, entende-se porque atuam fortemente no Iêmen, com população xiita mobilizada e um Estado fraco, mas não são tão fortes na Arábia Saudita, onde a população xiita não é tão mobilizada e o Estado exerce considerável influência na vida local da população.

Oficialmente, a posição iraniana também se baseia na securitização das identidades, uma vez que o regime Hadi é visto como hostil por ser predominantemente sunita. A decisão do presidente iemenita de se refugiar na Arábia Saudita exacerbou essa visão, ten-

do em vista a percepção iraniana de que o Governo de Saná é um fantoche de Riad, que é um fantoche de Washington. Logo, embora se possa afirmar corretamente que o Irã é a favor das ações houthis, ele nega veementemente ter envolvimento na magnitude que os sauditas o acusam de ter. Dessa forma, embora o apoio ideológico e material exista em níveis aparentemente consideráveis, o Irã não possui tanta influência dentro do movimento houthi como é acusado de ter. Embora as divergências sejam de caráter sectário, o que ajudaria a “solidariedade xiita” iraniana, a luta dos houthis possui motivos históricos e políticos próprios das dinâmicas iemenitas, que escapam do controle de Teerã. Colocar tal facção como apenas marionete que só sobrevive graças ao apoio iraniano é subestimar as reivindicações locais desse movimento.

Assim, pode-se perceber que não há uma contradição entre fatores materiais e identitários, mas sim uma complexa relação entre ambos que, pela estrutura política baseada no Estado-nação, canaliza divergências sectárias para o campo político. Se a forma por excelência de organização social vigente é a do Estado-nação, não é de se estranhar que grupos com clamores que, à princípio, não são políticos, tendam a projetar nessa esfera seus desejos, pois entendem que seria a única forma de obter legitimidade e o poder que desejam.

## A Guerra Civil Iemenita

Considerando a conturbada estrutura política iemenita, não é de se estranhar que existam grupos que desafiem a autoridade. O principal é o houthi, que, desde a unificação, é motivo de preocupação para as lideranças políticas, demandando reconhecimento de sua cultura, em face de um governo discriminatório sunita (BAXTER; AKBARZADEH, 2018). Além disso, os houthis seguem uma ideologia revolucionária antiamericana e anti-imperialista, o que se tornaria fundamental para a aproximação com o Irã, após a invasão estadunidense no Iraque em 2003 (LEGRENZI; GAUSE, 2016). Nesse sentido, os Houthis se beneficiaram das conjunturas internas e externas presentes no Iêmen pós-Primavera Árabe.

Enquanto Hadi tinha dificuldades para colocar o plano de transição em prática, em 2014, os diálogos nacionais sobre como seria a nova estrutura governamental não haviam atingido consenso. Nesse período, milícias aproveitaram-se dos vácuos de poder

para ganhar territórios e poder de barganha quando o novo governo assumisse. Em janeiro de 2015, quando havia terminado o trabalho do comitê constitucional, o Iêmen tinha uma das cartas mais modernas e progressivas da região, porém nenhum meio para aplicá-la (HILL, 2017).

Saleh continuava a agir nos bastidores e Hadi se mostrava inapto para o cargo. Após a aprovação da nova carta, aprovou-se um sistema que dividia o país em seis regiões. Todavia, foi rejeitada pelos houthis, que não queriam a inclusão de sua principal cidade, Saada, em uma região sem litoral. Isso negaria aos houthis o controle sobre a costa do Mar Vermelho, a oeste, cortaria o acesso dos recursos naturais, a leste, e os prenderia contra a fronteira saudita, a norte (HILL, 2017). Os houthis, prejudicados pelo processo de transição, aliaram-se a Saleh, que via a ascensão dos primeiros como uma forma de enfrentar seus oponentes.

Com o apoio de Saleh, os houthis saíram de sua região e foram ganhando territórios ao sul. Em julho de 2014, controlavam a cidade de Amran, há 50 km da capital Saná. Com essa vitória, o passo seguinte foi sitiá-la, gerando uma crise governamental, resolvida dando maiores poderes aos houthis dentro do governo. A juventude olhava com pessimismo os acontecimentos, em relação ao que poderia ter sido um caminho democrático (HILL, 2017).

Apesar de todo esforço houthi, o comitê constitucional manteve a decisão do projeto das seis regiões federais. Assim, sequestraram o chefe de gabinete de Hadi e cercaram o palácio presidencial, de modo que o presidente foi submetido a uma espécie de prisão domiciliar. Sem muitas opções, Hadi abdicou do cargo e os houthis declararam um Comitê Revolucionário, tomando posse do governo. Porém, Hadi conseguiu escapar da prisão domiciliar, fugiu para Áden, cancelou sua demissão e declarou a nova capital do Iêmen. Semanas depois, as forças de Saleh e dos houthis já haviam dominado também a cidade de Áden, obrigando Hadi a fugir para a Arábia Saudita (HILL, 2017), o que contribuiu para que o presidente fosse ainda mais visto como um forte aliado do governo sunita em Riad.

O CCG, Arábia Saudita e EUA dão suporte militar para Hadi: no primeiro semestre de 2015, os sauditas organizaram uma coalizão que orquestrou ataques aéreos contra a cidade de Saná, a pedido de Hadi. A primeira fase, apelidada de “Operação Tempestade Decisiva”, tinha o objetivo de eliminar armamentos que estavam

sob o controle dos houthis. Já a segunda, “Operação Renovação da Esperança”, destruiu progressivamente a infraestrutura civil do país, incluindo as principais rodovias, portos e aeroportos. Apenas as instalações de petróleo e gás permaneceram intocadas, pois eram o principal produto exportado pelo país, mostrando a força dos interesses econômicos por trás da ação (PHILLIPS, 2017).

Mapa 5: Área de influência dos houthis durante a Guerra Civil iemenita (2015)



Fonte: Johnston et al. (2020)

Em 2017, Saleh foi assassinado pelos próprios houthis, na Batalha de Saná. O motivo teria sido o rompimento, por parte do ex-presidente, da aliança, para iniciar uma união com os governos da Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, ordenando forças leais a lutarem ao lado desses governos (PHILLIPS, 2017). Dessa forma, o embate atual no país se dá principalmente entre as forças houthis contra as de Hadi.

No momento, vários atores se encontram em disputa pelo poder no Iêmen. Até 2018, os separatistas do sul apoiavam as forças de Hadi, porém as tensões evoluíram e acusaram o governo de corrupção e discriminação, o que resultou em mais um ator dentro do conflito. Por outro lado, algumas áreas ao longo da região oriental caíram nas mãos de grupos terroristas, notadamente o Estado Islâmico, dificultando ainda mais a situação. Assim, o país encontra-

-se esfacelado entre quatro grandes facções, estando duas delas em guerra direta pelo controle de grande parte do país, o que contribuiu ainda mais para a denominação de “Estado fracassado”.

## Conclusão

Em suma, pode-se concluir que o Iêmen, historicamente, é um país que tem vários fatores externos e internos que dificultam uma estabilidade democrática nos moldes ocidentais. As tribos, que prejudicam o exercício por parte do Estado de sua total soberania; os problemas estruturais, decorrentes de um passado colonial; a fragilidade da economia, fortemente dependente de *commodities* e a disputa por liderança regional entre Estados próximos, gerando interferência política, são os principais.

No que concerne à Nova Guerra Fria Árabe, mostra-se como a ideologia da *ummah* foi transposta para a ideia de “Estado-nação”. Durante a década de 60, a disputa ocorreu entre o pan-arabismo republicano egípcio e o pan-islamismo monárquico saudita. Entretanto, atualmente, a disputa ocorre entre as diferentes visões de pan-islamismo que Irã e Arábia Saudita possuem. Nesse sentido, o termo “árabe” é utilizado não porque os dois são países majoritariamente árabes (o Irã é majoritariamente persa), mas porque é na região do Oriente Médio, em que a etnia árabe predomina, que a disputa ocorre de forma direta. Assim, embora tenham políticas externas bastante divergentes, ambas utilizaram-se de tal retórica para alcançar ganhos geopolíticos e econômicos, sob pretexto de representarem o “verdadeiro islã”. Tal processo atinge seu ápice após a Primavera Árabe, com as guerras de *proxies*.

Poucas vezes na história moderna do Oriente Médio houve contestação do poder de maneira tão forte quanto na Primavera Árabe. Contudo, na maior parte dos países a situação não melhorou. O que se viu foram elites políticas parasitárias, opressão, violência, guerras civis em diferentes Estados e piora na vida das pessoas. Todavia, o legado deixado ficou na memória popular e mostrou que há espaço para a discussão política no Oriente Médio.

Pode-se perceber que a Primavera Árabe foi um fator decisivo para a conflagração da Segunda Guerra Civil. O que começou como um movimento espontâneo se tornou uma arma nas mãos das elites políticas. A tentativa de manter a estabilidade regional por meio da Iniciativa CCG se mostrou totalmente equivocada, ge-

rando descontentamento popular, brigas entre clãs políticos pelo poder e incapacidade do novo governo de resolver efetivamente os inúmeros problemas da nação. Nesse sentido, o início de embates armados entre esses grupos fez com que, no fim, as áreas do Norte ficassem desprotegidas, de forma que os houthis avançaram. Esse avanço não se limitaria apenas ao Norte e, ao longo de 2013, o grupo foi conquistando cada vez mais territórios, até entrar na capital em 2014, com forte suspeita de apoio por parte das forças leais a Saleh e capitalizando em cima do sentimento de raiva da população. Conclusivamente, todas as divergências dos atores, que estavam dormentes em uma democracia ilusória, baseada na articulação política de Saleh, explodiram de uma só vez.

É correto concluir que a disputa iemenita ocorre no âmbito da Nova Guerra Fria Árabe. Entretanto, com base no ativo e extenso financiamento iraniano a outros grupos armados no Oriente Médio, pode-se inferir que retórica xiita/sunita parece servir muito mais aos interesses sauditas, que a usam como justificativa para evitar instabilidade perto da fronteira. Os iranianos treinam e armam os houthis, porém em uma escala de ação menor do que a Arábia Saudita emprega. O caso parece ser que, por se tratar de um país muito próximo, é um imperativo de segurança interna saudita tratar o caso do Iêmen como culpa iraniana, enquanto, para o outro lado, a tomada de poder pelos houthis seria extremamente bem-vinda, mas está longe, neste momento, de ser fundamental no nível que a Arábia Saudita acusa.

Mostra-se, assim, a complexa relação no Oriente Médio entre as identidades sub e supranacionais e o modelo de Estado-nação imposto pelas potências europeias. Com isso, os imperativos de segurança interna e externa passam a estar amplamente relacionados não só a questões materiais, mas também sectárias. Por exemplo, a resposta saudita para a guerra civil foi se cercar em sua narrativa de culpar o Irã por incitar e armar os insurgentes, embora o papel iraniano seja  *muito mais limitado*  que isso, conforme atesta Norton (2016, grifo nosso).

A situação do Iêmen parece se deteriorar cada vez mais, sem que uma solução viável para todos os atores seja encontrada. A forte crise humanitária parece não estar, portanto, perto do fim. Para estudos futuros, recomendam-se estudos que analisem de que forma a pandemia do COVID-19 impacta a frágil condição sanitária iemenita.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEY, April. Yemen Changes Everything... And Nothing. **Journal of Democracy**, Maryland, v. 24, n. 4, 2013, p. 74-85.

BAXTER, Kylie; AKBARZADEH, Shahram. **Middle East Politics and International Relations: Crisis Zone**, Nova York: Routledge, 2018.

CALCULLI, Marina; LEGRENZI, Matteo. Middle East Security: Conflict and Secularization of Identities. FAWCETT, Louise (Ed.). **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

HILL, Ginny. **Yemen Endures: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia**, Oxford: Oxford University Press, 2017.

HINNEBUSCH, Raymond. The Politics of Identity in the Middle East International Relations. FAWCETT, Louise (Ed.). **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

JOHNSTON, Trevor et al. **Could the Houthis be the next Hizbollah?**. Santa Monica: RAND, 2020.

JUNEAU, Thomas. Yemen and the Arab Spring: Elite Struggles, State Collapse and Regional Security. **Orbis**, [S. L.], v. 57, n. 3, 2013, p. 408-423.

LEGRENZI, Matteo; GAUSE, F. The International Politics of the Gulf. FAWCETT, Louise (Ed.). **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MANDAVILLE, Peter. Islam and International Relations in the Middle East. FAWCETT, Louise (Ed.). **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

NORTON, Augustus. The Puzzle of Political Reform in the Middle East. FAWCETT, Louise (Ed.). **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

PHILLIPS, Sarah. Yemen. LUST, Ellen (Ed.). **The Middle East**. 14. Ed. SAGE Publishing, 2017.

SADIKI, Larbi. The Arab Spring: the People in International Relations. FAWCETT, Louise (Ed.). **International Relations of the Middle East**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SADIKI, Larbi. The Impact of the Arab Spring on the Gulf Cooperation Council. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, Abingdon, v. 15, n. 3, 2015, p. 303-320.

TRANSFELD, Mareike. Political bargaining and violent conflict: shifting elite alliances as the decisive factor in Yemen's transformation. **Mediterranean Politics**, Abingdon, v. 21, n. 1, 2016, p. 150-169.

YADAV, Stacey; CARAPICO, Sheila. The Breakdown of the GCC Initiative. **Middle East Report**, Washington, v. 1, n. 273, 2014, p. 2-6.

*Recebido em: 30 de setembro de 2021*  
*Aprovado em: 21 de dezembro de 2021*